

TESES PARA A ATUAÇÃO DO PT*

Estas teses representam uma tomada de posição sobre a situação atual do Partido dos Trabalhadores e do momento político brasileiro. Representam, também, um compromisso político dos que, como nós, as subscrevemos, e de quantos companheiros e companheiras concordem em juntar-se a nós, no seu endosso e na sua implementação.

INTRODUÇÃO E DIAGNÓSTICO

A situação política atual do País exige do PT uma resposta partidária que se materialize, imediatamente, num programa de ação e numa direção política capaz de contribuir para a organização e para a luta dos trabalhadores.

Depois de ter enfrentado uma série de dificuldades diante dos resultados das eleições de 1982, entre as quais o desânimo dos militantes, que esperavam mais de nosso desempenho nas urnas, o PT começa agora a transformar-se num importante pólo de referência política da população brasileira, especialmente dos trabalhadores.

Isso é decorrência do firme posicionamento assumido por nosso partido nos vários momentos de luta contra a política econômica do governo e contra as tentativas de encaminhamento da sucessão presidencial em termos de continuidade do atual Regime Militar, que, ao completar os seus 20 anos, já não é mais tolerado pela grande maioria da população.

Nós não somos a única força oposicionista do País, mas assumimos um papel decisivo na conquista das eleições livres e diretas. Assim, nos constituímos num dos principais fatores impulsionadores do movimento de massas que luta contra o ilegítimo Colégio Eleitoral, vinculando o desejo da maioria da população de eleger diretamente seus governantes ao combate contra o Regime Militar.

Com isso, recuperamos a nossa imagem enquanto partido que articula a participação política dos dominados, não apenas saindo do relativo isolamento em que nossos adversários tentaram nos confinar, durante e após as eleições de 82, como consolidando ainda mais a nossa presença partidária e a de nossos principais dirigentes.

No entanto, importa reconhecer, também, que ainda nos defrontamos com uma série de dificuldades para nos consolidarmos como partido dos trabalhadores em âmbito nacional. Entre tais dificuldades, enumeramos, ainda que a título inicial e precário, as seguintes:

- 1-Nem sempre temos sabido traduzir o objetivo de organizar politicamente os trabalhadores em propostas concretas, isto é, num projeto alternativo para a sociedade, capaz de, aproveitando-se do imenso potencial existente no movimento de massas para o nosso crescimento, ser assimilado pelo conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo. O PT está quase sempre presente nos movimentos sociais, por meio de seus militantes e de suas idéias, mas, freqüentemente, não tem sido possível combinar essa presença com a

implementação de propostas que impulsionem ainda mais as lutas populares e aprofundem os objetivos políticos dos trabalhadores e do Partido;

2. Também é inegável que, ultimamente, a imagem do PT cresceu enormemente. No entanto, raramente conseguimos transformar esse imenso potencial de apoio em força orgânica, que se traduza em crescimento, em número e qualidade, de filiados, núcleos e Diretórios. Dentro do PT ainda vigora um grande fosso a separar os militantes, os filiados e os simpatizantes, como se tivéssemos, entre nós, petistas de 1ª, 2ª e 3ª categorias. Isso corresponde a uma grave distorção de nossa proposta como partido de massas. E decorre diretamente do fato de que, muitas vezes, ao invés de nos apresentarmos com as portas abertas a todos quantos queiram organizar-se politicamente num projeto autônomo, só conseguimos passar a imagem de um partido fechado em si mesmo, onde vigoram discussões estéreis, excessivamente ideologizadas, acessíveis apenas a intelectuais tradicionais ou membros de organizações de esquerda;

3. As dificuldades aumentam quando nos confinamos numa prática internista, que se apóia numa estrutura de organização que é, em grande parte, resultado da adaptação de antigas tradições da esquerda à legislação ditatorial sobre partidos políticos. Isso conduz numerosos núcleos e Diretórios a se transformarem em meros locais de reuniões, muitas vezes inúteis, que jamais propiciam a oportunidade de um encontro entre trabalhadores com diferentes experiências de vida e de cultura. Assim, no lugar de serem instâncias nas quais o Partido discuta sua atuação nos movimentos sociais e nas lutas dos trabalhadores, os núcleos e Diretórios terminaram por se transformar em instâncias burocráticas e fechadas, que em nada contribuem para o avanço do PT;

4. Até o momento, não temos uma política nacional de crescimento e construção partidária que vá além das tarefas de legalização, por mais indispensáveis que estas sejam. Pela quase completa falta de recursos materiais, e pelas dificuldades de mobilização de recursos humanos, não temos estabelecido prioridades nacionais que permitam pôr em prática a regionalização do Partido. Não podemos ter a crença ingênua de que é possível falar uma mesma e só linguagem em São Paulo, no ABC e no norte do País. Muito embora nossos objetivos sejam nacionais, não podemos querer que se tornem homogêneas e inteiramente iguais experiências dos trabalhadores que são diferentes nos quatro cantos do País. A realidade não é homogênea e igual, e temos de aprender a vê-la e a entendê-la;

5. Na maioria dos estados, é débil a nossa presença organizada nos movimentos sociais. Em algumas regiões, quer pelas características de seu desenvolvimento econômico e social, quer pelo peso conservador da sociedade, praticamente não existe movimento sindical ou qualquer outro movimento popular. No entanto, a miséria e o sofrimento são enormes, como o atesta, muitas vezes, a vida de nossos próprios militantes. Daí que, em algumas regiões ou cidades, a presença do PT seja apenas mera referência nominal. Em outros casos, onde o movimento popular e sindical é dinâmico e o PT tem base social, mas não tem políticas claras, ou tem uma prática equivocada ou não adaptada à realidade, o PT adquire uma imagem que afugenta potenciais filiados e até mesmo faz perder militantes ativos, dificultando o crescimento partidário.

TESES ORGANIZATIVAS

1- CONSOLIDAR O PT COMO PARTIDO DE MASSAS

Já temos quatro anos de existência como partido político. Ainda é uma pequena história, mas já podemos olhar para trás, aprender de nossa própria experiência, dos nossos acertos e dos nossos erros. Agora, temos de saber responder: quais as causas de nossas deficiências?

De um lado, enfrentamos dificuldades para nos ligar estreitamente ao movimento popular. É ponto de honra do PT afirmar que não há organização partidária sem trabalho de base, mas muitos petistas têm, em sua prática, vícios que condenamos em outros partidos: querer resolver tudo por cima, buscar, sem representatividade real, posições no Partido, fazer discussões intermináveis e fechadas etc. Referimo-nos, também, aos que usam o PT como espaço político para passar suas próprias posições sem se submeterem às instâncias partidárias, considerando o PT uma frente política.

2- FORMAR NÚCLEOS DE BASE EM CADA RECANTO DO PAÍS

O núcleo de base do PT deve ser entendido como a base fundamental do Partido. Sem ele, o PT poderá sobreviver como partido legal, mas não se consolidará como o partido de massas que queremos. Sem ele, o PT pouco difere dos partidos tradicionais. Por isso, devemos fortalecer sempre os núcleos – por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho e de estudo, por movimentos sociais –, atribuindo a eles poder deliberativo na estrutura partidária, considerando que é no núcleo que se exerce, em primeira instância, a democracia interna do PT.

Mas isso não basta. Temos de criar núcleos que se liguem às lutas do bairro, do local de trabalho, da categoria profissional. É nas ligações com as lutas concretas que estão as motivações, o dinamismo, a própria razão de ser dos núcleos de base do PT. O que dá vitalidade aos núcleos de base de Diretórios é a sua capacidade de mobilizar os trabalhadores nas reivindicações locais, por creche, saneamento, escola, transporte, saúde, bem como nas demais campanhas – sejam eleitorais ou de solidariedade aos movimentos grevistas – que contribuem para a preparação das lutas gerais indicadas em plataformas nacionais. O que sustenta o núcleo por local de trabalho e o núcleo por categoria profissional é a sua capacidade de mobilizar os militantes na organização dos trabalhadores em seu local de trabalho, no apoio às lutas sindicais, na discussão da política salarial, na criação de novas lideranças. Os núcleos de base do PT só serão organismos vivos, enfim, se, além de se ocuparem do debate dos documentos políticos e da construção partidária, forem capazes de aprender, elaborar e aplicar linhas políticas realistas e adequadas para os movimentos sociais. É a realidade cotidiana do trabalhador que deve servir de matéria-prima para as reuniões dos núcleos. O filiado, como qualquer pessoa, não se sente à vontade num núcleo onde se quer “fazer a sua cabeça” a qualquer custo, em claro desrespeito às suas dificuldades, conflitos e aspirações.

Uma política de organização partidária exige uma infra-estrutura mínima. O núcleo deve ser um local conhecido dos filiados e da comunidade, onde possa centralizar as suas atividades e realizar as suas reuniões. E o Diretório do Partido deve ter sua sede, seu telefone, seus meios de divulgação interna e externa, seu calendário de atividades. Tanto no núcleo quanto no Diretório, militantes, filiados e simpatizantes devem encontrar o espaço necessário para que possam discutir os seus problemas, trocar experiências, aprender um pouco mais sobre o País e sobre os trabalhadores. Deve ser um local em que possam ter acesso aos documentos que tratam da construção partidária e aos debates internos do Partido. Deve ser, ainda, um local em que possam receber informações e contar com material de formação política e ideológica do Partido. Sem essa infra-estrutura e sem essa organização, os núcleos e Diretórios se tornam entidades fantasmas, que só existem na hora de cumprir exigências legais, ou quando funcionam como aparelhos para eleições de delegados nas disputas internas do Partido.

3- FORMAR OS MILITANTES PARA AS LUTAS DE MASSAS

O PT tem uma grande responsabilidade histórica: a de não cair nos erros e nos vícios da política tradicional. A experiência já acumulada mostra que não basta ter eleitores ou filiados. É preciso, além disso, que os petistas se transformem em militantes politicamente bem informados.

Por formação política entendemos a reflexão sobre as nossas próprias experiências assim como sobre as experiências acumuladas ao longo da história dos trabalhadores em geral. É desse modo que a formação política dos militantes servirá ao crescimento do Partido. Quanto mais cada militante atuar nos movimentos populares e sindical, levando aos movimentos as propostas partidárias e trazendo ao Partido as lições de suas experiências, tanto mais o PT crescerá.

No PT, temos de evitar tanto o erro do ativismo quanto o do teoricismo, que – por se constituírem em excessos, abusos e desvios da atividade prática ou da atividade teórica – são igualmente incorretos. A atividade política só amadurece quando os que a praticam fazem também o seu esforço de reflexão, análise e previsão de seus desdobramentos históricos. Esforço de reflexão e de análise que não se confunde com o teoricismo de alguns, para os quais o discurso, na aparência avançado, serve apenas para encobrir a impotência na prática.

É hora de implantarmos no PT um programa de formação política que capacite cada filiado a desempenhar seu compromisso de luta ao lado dos trabalhadores. Em cada núcleo e em cada Diretório devemos estabelecer programas de debates, seminários e cursos, que tratem das experiências e da realidade de seus filiados e da região em que vivem, do trabalho que executam ou dos movimentos sociais de que participam.

4- ORGANIZAR A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PT

O PT não deve substituir a organização dos trabalhadores e as lutas populares pela atuação parlamentar, nem alimentar ilusões sobre as possibilidades do

Parlamento. No Brasil, apesar do espaço que, ultimamente, a atividade parlamentar ganhou nos meios de comunicação, o Legislativo tem poderes extremamente limitados, quando comparado com o Executivo forte e autoritário imposto pelo Regime Militar.

Não obstante, a importância do Parlamento e da atividade parlamentar não deve ser subestimada.

O Parlamento (nas suas diversas casas legislativas) deve ser utilizado pelo PT como espaço político para combater projetos e medidas antipopulares, originados do Executivo, do próprio Parlamento ou de grupos de pressão do poder econômico e político dominante; para fiscalizar o uso de recursos públicos e o andamento da administração pública; para denunciar todas as medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora; para apresentar e fazer aprovar medidas legislativas em benefício dos trabalhadores; para divulgar as propostas, as diretrizes, o programa e as idéias do PT. Nessa linha, o PT deve, ao mesmo tempo, esclarecer os trabalhadores sobre as limitações do Parlamento, bem como lutar continuamente para que o Parlamento recupere suas prerrogativas políticas e sua independência diante do Executivo.

Em relação aos seus próprios parlamentares, o PT deve estabelecer critérios que norteiem a sua atuação no Parlamento e as suas relações com o próprio Partido. Ainda existem concepções que subestimam a atuação parlamentar ou que temem sua excessiva influência nas decisões partidárias. E há os que julgam ser generalizada, no PT, uma postura antiparlamentar. As duas concepções estão equivocadas e precisam ser combatidas.

O parlamentar petista não deve ter privilégios, dentro do Partido, por ser um parlamentar, mas também não deve – pela mesma razão – ser discriminado, combatido, penalizado ou visto como corpo estranho ao Partido. O parlamentar petista é um filiado do PT como qualquer outro e, como tal, tem os mesmos direitos e deveres. O fato de ele exercer uma função pública, como parlamentar, somente aumenta a sua responsabilidade e, ao mesmo tempo, torna mais premente a necessidade de o próprio Partido organizar-se de maneira a subsidiar e apoiar a atividade legislativa e política de seus parlamentares. Além disso, os parlamentares petistas devem aproveitar sua representatividade, como parlamentares, para atuar concretamente nos movimentos populares e sindicais e nas lutas específicas e gerais dos trabalhadores, propagandeando as bandeiras do PT, superando assim as limitações reais do Parlamento.

A atuação dos parlamentares petistas no Parlamento, no Partido ou nos movimentos sociais deve, portanto, estar subordinada às diretrizes gerais do PT, contidas nos documentos básicos do Partido: Manifesto, Programa e Estatuto, e nas resoluções e plataformas aprovadas nos Encontros e nas convenções ou nos organismos partidários. Entre esses documentos, são da maior importância o conteúdo na Plataforma e nas Cartas Eleitorais, que estabelecem obrigações específicas dos parlamentares em relação ao Partido, desde as que se referem à contribuição financeira até as que dizem respeito à participação na construção partidária e à própria fidelidade à linha do PT.

As bancadas parlamentares – que são órgãos partidários – devem estabelecer, em conjunto com os demais órgãos do PT, planos de ação e de organização das

atividades de seus membros, de maneira a conjugar as três funções básicas de um parlamentar petista: a sua intervenção política, no Parlamento, em favor dos trabalhadores; a sua atuação permanente em benefício dos movimentos populares dos quais ele é representante; e as suas tarefas imprescindíveis na construção e no fortalecimento do PT.

5- ACABAR COM O AMADORISMO NA QUESTÃO DAS FINANÇAS DO PT

Nenhum partido vive sem dinheiro. Uma das causas das nossas atuais dificuldades está na constante falta de recursos financeiros. A questão financeira do Partido revela o nível de militância política e ideológica de nossos filiados. Até mesmo companheiros de direção, nos diversos níveis, têm mostrado pequeno senso de responsabilidade nesse assunto.

O problema de falta de recursos no PT é generalizado. A verdade é que a grande maioria dos filiados e dos militantes não paga regularmente a sua contribuição ao seu núcleo de base, ao seu Diretório Distrital, Zonal ou Municipal. Muitos desses núcleos e Diretórios não contribuem para os Diretórios Regionais. E a grande maioria dos Diretórios Regionais não faz chegar a sua contribuição ao Diretório Nacional.

Os poucos recursos que o PT tem conseguido resultam de contribuições pessoais de alguns filiados ou simpatizantes, ou de iniciativas isoladas de alguns organismos partidários. No plano nacional, a maior parte desses recursos vem da contribuição de parlamentares petistas.

Nosso amadorismo nessa questão precisa acabar. E não deve recair exclusivamente sobre nossos tesoueiros a responsabilidade pelas finanças do Partido. Cada filiado tem a responsabilidade de contribuir com dinheiro para o Partido, consciente de que isso representa uma contribuição política fundamental para a própria existência do Partido.

Contudo, a política financeira não pode depender exclusivamente do grau de consciência dos filiados. O Partido precisa ter um plano de arrecadação, que cabe aos dirigentes de todos os níveis levar à prática. E é preciso consolidar a aplicação dessa política. Cada Diretório deve profissionalizar um cobrador, que recolha, até mesmo a domicílio, a contribuição financeira de cada filiado ou simpatizante. Além dessa contribuição individual, os núcleos e os Diretórios devem realizar permanentes atividades destinadas a obter fundos, tanto para cobrir suas próprias necessidades quanto para o pagamento da quota correspondente aos organismos superiores do Partido. É inútil, além de ser falso, fazer um discurso socialista quando nem sequer se contribui com a quota democraticamente aprovada nos encontros partidários.

6- Intensificar a luta popular, sem atrelar os movimentos ao Partido

Partido e movimentos popular e sindical não se confundem. Dentro da especificidade de cada um, eles se complementam. Cabe ao movimento popular organizar e mobilizar o povo de uma área, de uma região ou de um segmento social. À parte as preferências partidárias, nele ingressam todos os que se sentem solidários numa mesma causa, como a luta pela terra, por centros de saúde ou por mudanças políticas, mas o movimento popular – embora forte para arrancar do Estado algumas reivindicações – é insuficiente para, sozinho, mudar a natureza e o caráter do próprio Estado.

Cabe ao movimento sindical lutar pela defesa da classe trabalhadora, por melhores salários e melhores condições de vida e trabalho, lutar contra a estrutura sindical atrelada ao Estado, engajando-se também nas lutas gerais, como as lutas por eleições livres e diretas, mobilizações políticas contra o arrocho e contra o Regime Militar. Mas também sabemos que, no atual momento, somente uma parcela combativa, mas ainda minoritária, do movimento sindical é que procura cumprir essa tarefa.

Portanto, somente quando os trabalhadores estiverem organizados politicamente em torno de seu partido e de uma nova proposta de poder e do exercício democrático do governo é que será possível mudar a natureza e o caráter do Estado e, com ele, a própria sociedade. Estado e sociedade só se transformam pela ação política. Eis aí a tarefa fundamental do PT enquanto representante dos interesses dos trabalhadores: transformar, por completo, a sociedade brasileira.

Entretanto, os movimentos popular e sindical não podem, jamais, estar subordinados ao Partido. O PT deve lutar para assegurar a autonomia e independência desses movimentos diante do Estado, dos demais partidos e do próprio PT. Isso, no entanto, não significa que renunciemos ao nosso direito e ao nosso dever de, como partido, formular propostas para os movimentos sociais.

Assim, é da maior importância que o PT oriente seus militantes para definirem suas propostas de atuação nesses movimentos, mas também é importante saber que, ao apresentarem suas propostas, já o fazem na qualidade de membros dos movimentos de que participam. É justo que os petistas busquem a unidade de ação como militantes do Partido, mas mantendo sempre o respeito à autonomia dos movimentos e às suas próprias instâncias deliberativas.

É preciso, ainda, que o PT comece a organizar os seus filiados que são estudantes, secundaristas e universitários. Com isso, o PT terá condições de definir a atuação de seus militantes no movimento estudantil sob uma nova perspectiva, com práticas mais próximas dos problemas que os estudantes vivem no seu dia-a-dia, como a questão da democratização da educação em todos os seus níveis, e conferindo caráter de massas às entidades estudantis, hoje distanciadas de suas bases. Para tanto, será necessário organizar comissões e encontros estudantis em todos os níveis, a fim de unificar a política petista para o movimento estudantil. Será, também, uma forma de evitar a nociva prática de utilização do nome e do endosso do PT às vésperas dos congressos de entidades estudantis sem qualquer discussão e preparação mais permanente, coletiva e aprofundada.

TESES POLÍTICAS

1- QUESTÃO INTERNACIONAL

Como partido político que aspira ao socialismo, o PT deve defender uma política internacional em favor dos interesses dos povos que lutam por sua libertação. Devemos recusar todas as formas de submissão do País à dominação imperialista, como as que impõem restrições nas relações internacionais. Uma política externa independente implica, hoje, a ampliação das relações comerciais e diplomáticas com

os países socialistas e do Terceiro Mundo. A luta do povo brasileiro é inseparável das lutas dos outros povos latino-americanos, pela semelhança das condições econômicas, históricas e culturais. Daí nossa prioridade para o fortalecimento de laços com os movimentos de libertação latino-americanos, que têm, hoje, como pontos principais a Nicarágua, El Salvador e Cuba.

Por outro lado, cabe ressaltar, neste momento, ao lado das lutas dos povos latino-americanos contra o imperialismo, a luta dos trabalhadores da Polônia, que resistem em torno do Movimento Solidariedade. A busca de um novo caminho para a efetiva emancipação dos trabalhadores, sem privilégios e opressões de castas burocráticas, deve nos levar ao mais amplo intercâmbio de idéias e experiências com partidos dos trabalhadores de todo o mundo.

2- LUTAR CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA E PELO FIM DO REGIME MILITAR

Nas condições de crise em que o Brasil vive, hoje, a luta econômica dos trabalhadores é cada vez mais uma luta de caráter político. Do ponto de vista dos trabalhadores, as saídas possíveis para a situação econômica atual passam, necessariamente, pelo fim do regime atual e pela conquista da democracia, que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País.

A crise não afeta indistintamente todos os setores da sociedade e vem sendo gerenciada para favorecer as classes dominantes, ou seja, o grande capital nacional e multinacional e o sistema financeiro. O capitalismo joga o peso da crise sobre os trabalhadores e o povo, e só morrerá se for combatido pela luta política dos trabalhadores no rumo de uma sociedade sem explorados e sem exploradores.

Nas condições brasileiras, a crise vem tendo pesadas conseqüências sobre os trabalhadores, mas ela também afeta, embora de maneira diferenciada, as classes médias, os pequenos proprietários e mesmo parcela da burguesia industrial, comercial e agrária. A administração que o grande capital vem dando à crise, através da atual política econômica, tem levado à falência muitas empresas, à elevação da capacidade ociosa das indústrias, à queda da produção, à inflação descontrolada, à alta desenfreada da taxa de juros, ao desemprego e ao arrocho dos salários.

Como medida urgente e indispensável para fazer frente a esses problemas, defendemos o rompimento imediato dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). É também indispensável e urgente a imediata suspensão do pagamento da dívida externa, acompanhada por investigação profunda e análise responsável, caso a caso, com garantia da divulgação dos resultados aos trabalhadores e ao conjunto da população, para que, então, se possa decidir, soberanamente, sobre uma dívida que o povo não contraiu, e se possa chegar, assim, à punição judicial dos responsáveis pelas falcaturas, pela corrupção e pelo descalabro econômico a que o País está reduzido.

Tal quadro e tais propostas impõem a necessidade de fortalecer a capacidade de atuação política dos trabalhadores. Ao lado da organização partidária, é preciso ajudar o fortalecimento do movimento sindical e popular. Daí a necessidade de o PT usar todos os meios que contribuam para a consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como expressão dos setores mais combativos e dinâmicos do

movimento sindical; ao PT cabe contribuir para que a CUT se consolide e amplie suas bases o mais rapidamente possível, tomando iniciativas com vistas à realização da mais ampla unidade do movimento concreto dos trabalhadores. Aí estão, nas lutas sindicais de julho de 1983, os sinais de que o movimento dos trabalhadores se prepara para lutas de caráter cada vez mais amplo, que podem vir a desembocar na greve geral. É, pois, no rumo do reforço das organizações dos trabalhadores que devemos, nós do PT, lutar para enfrentar a crise.

3- CAMPO: A NECESSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA

O PT defende as grandes bandeiras nacionais dos trabalhadores brasileiros. A principal reivindicação dos trabalhadores do campo é a posse e o uso da terra. O acesso à terra aos que querem trabalhar nela traduz a aspiração concreta de milhões de trabalhadores, como os congressos de trabalhadores rurais têm reafirmado repetidamente. Nessa perspectiva, o PT apóia a ampliação e o aprofundamento das lutas por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores.

Para nós, reforma agrária significa transformações profundas nas relações de propriedade e de trabalho no campo. Todavia, entendemos também que não basta a divisão da terra. São indispensáveis medidas complementares, como o fornecimento de créditos, tecnologia, transporte, silagem, levando-se em conta as diferentes categorias de trabalhadores rurais brasileiros, como pequenos proprietários, parceiros, posseiros e empregados.

Embora a reforma agrária seja [uma] medida de alcance econômico, ela não pode ser vista apenas dessa maneira: é, também, uma perspectiva de mobilização, conscientização e organização dos trabalhadores. Não pode ser vista, ademais, como luta a ser travada unicamente pelos trabalhadores rurais: o PT deve difundir, também nas áreas urbanas, a necessidade de uma reforma do solo, aprofundando o debate, conscientizando o operariado e assegurando integração e unidade entre trabalhadores da cidade e do campo.

4- PELAS ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS EM TODOS OS NÍVEIS

Não estamos na luta por eleições diretas para a Presidência da República por razões meramente táticas. Queremos eleições livres e diretas em todos os níveis por entendermos que só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo. Não cremos que eleições livres e diretas sejam atributos exclusivos do regime liberal burguês. A luta por eleições livres e diretas significa, para nós, apenas o começo do futuro democrático e socialista que desejamos para o Brasil.

Nessas condições, a reivindicação de eleições diretas para a Presidência da República não é bandeira exclusiva do PT. As eleições diretas também não têm, por si só, o condão de resolver todos os problemas que afetam os trabalhadores e o País. Mas a conquista das eleições diretas para a Presidência constitui passo importante na derrubada do Regime Militar. É por isso que exigimos eleições livres e diretas, isto é, sem casuísmos, sem proibição de coligações, sem leis de inelegibilidades, com ampla liberdade de organização e propaganda, direito de voto

extensivo a analfabetos e soldados, liberdade de organização partidária para todas as tendências políticas e ideológicas.

Isso também significa que, para nós, a luta por eleições livres e diretas não tem prazo para acabar, como ocorre com outros partidos de oposição. Significa também que essa campanha traz em seu bojo a luta contra a política salarial, contra o desemprego, contra a estrutura sindical atrelada ao Estado, contra o acordo com o FMI. Para nós, a luta por eleições diretas é uma luta pelo direito de o povo exercer o controle do governo.

Portanto, a luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral, que consideramos espúrio e ilegítimo. O PT deve conclamar todos os partidos de oposição a boicotarem o Colégio Eleitoral e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas. Rejeitada no Congresso Nacional a Emenda Dante de Oliveira, o PT deve articular suas táticas, intensificando o debate sobre a Assembléia Constituinte.

Com essa perspectiva, nossa proposta é de que as eleições livres e diretas sejam realizadas em dois turnos, de modo a garantir a todos o direito de competir pela preferência popular, e também de assegurar que o próximo presidente da República seja eleito pela maioria absoluta do eleitorado. Graças a este processo, todos os partidos poderão lançar seus candidatos no primeiro turno e, no segundo, a disputa ficará limitada aos dois primeiros colocados.

Por outro lado, consideramos precipitado, neste momento, o lançamento de candidaturas pelo PT. Nosso objetivo é a conquista de eleições livres e diretas. No entanto, atingida essa meta e definido quando e sob que regras as eleições serão realizadas, o PT deverá, então, realizar uma Convenção Nacional Extraordinária para deliberar sobre plataforma eleitoral e candidatura própria.

5- A QUESTÃO DA GREVE GERAL E O APOIO DE OUTROS SETORES

Ao lutar por eleições livres e diretas, como passo para o fim do Regime Militar, o PT participa de campanhas em conjunto com outros partidos e movimentos populares. Sem nos diluirmos, nem perdermos nossa independência, trabalhamos dentro de um programa mínimo comum, levamos nossas propostas partidárias às bases dessas forças e ao conjunto da população. É assim que estabelecemos critérios para nortear nossa busca de apoio e de alianças, e não por meio de acordos de gabinetes em torno de programas abstratos ou de governos ditos de transição, que substituiriam o Regime Militar. É desse modo, também, que nos comportamos diante dos partidos da oposição burguesa: levamos em conta as suas contradições internas, tentando desmascarar e isolar os setores reacionários e conciliadores, ao mesmo tempo que buscamos atrair para lutas comuns as bases que atuam no movimento popular, ao lado das quais queremos apressar o fim do Regime Militar.

Para nós, portanto, o grande desafio é romper os limites que parte das oposições tenta impor à campanha. Daí que a luta por diretas, para transpor as bandeiras do campo puramente institucional, deve combinar-se e desdobrar-se num plano que preveja grandes jornadas de lutas de massas contra o Regime, tais como a proposta apresentada pela CUT, para discussão nos Comitês Pró-Diretas, de uma greve geral. Nessas jornadas, tem importância fundamental o

movimento popular e sindical, suas reivindicações e suas formas de luta, como passeatas, boicotes, ocupações e, sobretudo, as greves. Nesse plano, a CUT e sua proposta de greve geral podem ter papel decisivo, desde que saibamos avaliar os acertos e erros das lutas de 21 de julho e 25 de outubro de 1983. Neste momento, levar os trabalhadores à greve geral significa prepará-la de forma sistemática, política e organizativamente, o que exige, além de iniciativa da CUT, o aprofundamento do trabalho de base, a busca de apoios e alianças na área sindical e articulações com o movimento popular e os partidos políticos empenhados na campanha de massa por eleições diretas.

Do ponto de vista do PT, para que essa articulação externa seja bem-sucedida é preciso que, no interior do Partido, os militantes dos movimentos sindical e popular estabeleçam claramente os objetivos da greve, suas formas de organização e o arco de apoio necessário para concretizá-la.

6- PODER E GOVERNO: A PROPOSTA DO PT

Na atual conjuntura, o PT luta pelo fim do Regime Militar no Brasil. Por isso quer eleições livres e diretas e luta pela chegada dos trabalhadores aos governos municipais, estaduais e nacional. No entanto, a conquista desses governos – que é necessária – não significa, por si só, a tomada do poder pelos trabalhadores.

O PT não seria um partido político se não almejasse o poder. Também não seria um partido político se limitasse suas atividades apenas ao plano da denúncia, da crítica e da reivindicação, recusando-se a pensar na sua possibilidade de ser governo e, ainda mais, em conquistar o poder. Chegar ao poder significará, para os trabalhadores, ter acesso a condições e meios para ajudar as transformações econômicas, sociais e políticas desejadas pelos trabalhadores e pela maioria da população.

Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói. O PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados – como, por exemplo, a criação de conselhos populares – e desenvolver esse poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular. A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular. Essa participação deve conduzir a uma sociedade sem explorados nem exploradores, e sem a divisão entre governados e governantes. A nossa luta é pela construção do socialismo.

Sabemos, porém, que a oportunidade da tomada do poder ainda não está colocada de forma imediata e consciente para a totalidade dos trabalhadores, mas, em face da crise que vivemos, cabe ao PT fortalecer a capacidade de atuação política dos trabalhadores, buscando alterar a correlação de forças em seu favor. Isso implica, portanto, que devemos, neste momento, formular a nossa alternativa de governo para o País, tendo em conta que, antes de mais nada, os governos que conquistarmos deverão servir de ponto de apoio para a luta contra o Regime Militar.

Já não basta, por exemplo, a denúncia do desemprego; devemos dizer aos trabalhadores quais as nossas propostas para resolver o problema e criar empregos. Embora também seja indispensável, não basta, apenas, a apresentação de reivindicações aos governos que aí estão estabelecidos; precisamos nos preparar para o dia em que sejamos capazes de, como governo, atender nossas reivindicações como trabalhadores. Já não basta falar dos problemas vividos pelos trabalhadores, como se a solução só devesse vir num futuro muito remoto. Precisamos nos preparar para mostrar que existem coisas que se pode fazer imediatamente em benefício do povo e que só não são feitas quando os governos não representam, de fato, os interesses dos trabalhadores.

7- CONQUISTAR OS GOVERNOS PARA ATENDER AOS INTERESSES DOS TRABALHADORES

O programa de governo do PT tem de estar ligado ao programa e às plataformas e resoluções do Partido. Em conseqüência, um governo conquistado pelo PT deve estar a serviço da ampla organização e mobilização dos trabalhadores, sob o lema Trabalho, Terra e Liberdade, reforçando sua caminhada rumo à construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Um governo do PT estará sempre comprometido com o princípio de que deve servir à coletividade. Por isso, lutamos pela criação e fortalecimento de canais de participação popular, reconhecendo plenamente a autonomia e a independência desses movimentos e organizações. Nesse sentido, a criação dos conselhos populares propiciará a participação da população nas decisões políticas e administrativas e consolidará as condições necessárias para a fiscalização dos interesses públicos em relação à administração de governo.

O nosso governo deve assumir as principais bandeiras dos trabalhadores do campo e da cidade, e lutar para acabar com a fome, o desemprego, a miséria, o analfabetismo, os preconceitos raciais, a criminalidade, as epidemias e, em especial, a corrupção.

Sejam esses os nossos compromissos de governo.

TRABALHO

As lutas que os trabalhadores vêm levando nos indicam como combater o desemprego com propostas imediatas, como a redução da jornada semanal de 48 para 40 horas sem diminuição de salário, e estabilidade no emprego aos assalariados, tanto do campo quanto da cidade.

O salário-mínimo tem que ser real e unificado, e os demais salários têm que ser reajustados numa escala móvel periódica e baseada na inflação.

Os desempregados deverão ter salário-desemprego, além de vantagens nos serviços públicos, como passe-livre nos transportes coletivos e uma cesta básica de alimentos subsidiados pelo poder público.

O governo petista tem de lutar pela revogação da Lei de Greve e pelo reconhecimento imediato das entidades representativas dos trabalhadores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). E tem de garantir o exercício dos direitos dos trabalhadores, entre os quais o de greve.

Essas mudanças nas relações de trabalho deverão estar contidas num novo tipo de política econômica, em que se garantam a independência do Brasil em relação ao

FMI e às multinacionais, a suspensão imediata do pagamento da dívida externa e a estatização dos Bancos; enfim, uma economia voltada para os interesses da maioria da população.

TERRA

A reforma agrária, sob controle dos próprios trabalhadores, é medida urgente e inadiável.

A posse da terra a quem nela trabalha e o implemento da agricultura básica para o País será de extrema importância no combate aos problemas sociais do campo, do desemprego e da fome que rondam a casa do trabalhador.

O governo do PT apoiará, sem temor, a luta pelo fim do grande latifúndio e da especulação e grilagem de terras. Assumirá o compromisso da distribuição de terras ao pequeno agricultor e dará garantias de preço a ele nas safras e colheitas. Subsidiará o agricultor na compra de sementes, adubos e equipamentos agrícolas, controlando o uso de substâncias nocivas.

Outra tarefa do governo petista no campo será o combate ao grileiro e ao atravessador das safras. No trajeto entre o campo e a mesa do trabalhador, quem perde é o produtor e o consumidor, e quem lucra é o intermediário e especulador.

Além disso, o governo petista estenderá os direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais.

LIBERDADE

O governo do Partido dos Trabalhadores deverá reforçar e garantir a realização de eleições livres e diretas em todos os níveis, com direito de voto para os analfabetos e praças das corporações militares. O governo também lutará pela revogação expressa das leis cerceadoras dos direitos civis e políticos dos cidadãos, como a Lei de Greve, a LSN, de Imprensa, a CLT, o Estatuto dos Estrangeiros e as referentes à organização sindical e partidária, e pelo desmantelamento dos órgãos de segurança.

Além desses pontos, que decorrem do desdobramento imediato do lema Trabalho, Terra e Liberdade, os governos petistas também deverão encontrar soluções para as questões da saúde, da educação, da moradia, do transporte, da segurança pública, da alimentação, bem como combater as discriminações sociais e a corrupção.

O governo deverá assegurar atendimento público e gratuito à saúde da população, que terá participação e controle na política de saúde, desde a rede de atendimento hospitalar até as empresas farmacêuticas. Igualmente, o ensino público e gratuito deverá ser assegurado a todos em todos os níveis, e o governo deverá erradicar o analfabetismo.

O governo petista desenvolverá uma política de habitação que garanta aos trabalhadores o direito de morar, através de planos de construção de habitações populares e do combate a todas as formas de corrupção e especulação territoriais e imobiliárias.

O transporte coletivo terá prioridade sobre o transporte individual e será colocado sob controle popular, desde a questão das tarifas até a de obras e de equipamentos.

O governo do PT aplicará uma política de segurança baseada no respeito aos direitos humanos e que colocará a polícia a serviço, efetivamente, da proteção da população.

Na alimentação, o governo petista aplicará plano de emergência para atender às necessidades mais urgentes e plano de médio prazo para substituir a intermediação especulativa por entrepostos populares, de responsabilidade estatal e sob controle popular.

O governo do PT combaterá todas as discriminações sociais praticadas com pretextos de raça, cor, sexo, idade, bem como todas as formas de corrupção.

TAREFAS IMEDIATAS

Para levar à prática esta plataforma, o Diretório Nacional deverá assumir, entre outros, os seguintes compromissos:

a) os membros do DN devem assumir e cumprir as políticas e tarefas definidas no Encontro Nacional, tanto nas Secretarias quanto na representação do DN em seu respectivo estado;

b) a partir de relatórios da situação de cada estado, o DN deve elaborar um plano de prioridades para a implantação do PT que evite dispersão de recursos materiais e humanos;

c) o DN deve estabelecer a troca de experiências e a articulação dos planos de ação entre a Comissão Executiva Nacional e os Diretórios Regionais e dos Diretórios Regionais entre si.

** O Diretório Nacional, reunido em São Paulo nos dias 5 e 6 de maio de 1984, discutiu e aprovou o texto final.*